

*A conquista de uma fronteira:  
o sertão oeste de Minas Gerais no século XVIII*

MARCIA AMANTINO

Faculdade de Filosofia e Ciências de Cataguases/Universidade Salgado de Oliveira

**Resumo**

Este trabalho é um estudo sobre o processo de ocupação ocorrido no Sertão Oeste de Minas Gerais, durante o século XVIII. O objetivo maior desse processo era encontrar terras para intensificar as atividades relativas à extração de ouro, à agricultura e, conseqüentemente, incrementar a arrecadação dos impostos devidos à Metrópole. Para tanto, era necessário buscar a incorporação de novas áreas. Em função desses objetivos, foi criado na Metrópole e desenvolvido na Colônia, um Projeto Civilizacional baseado no controle sobre as populações que viviam nessas áreas e na montagem de expedições enviadas a várias partes da Capitania. O objetivo dessas expedições era civilizar e povoar essas áreas com grupos que pudessem ser controlados. Era necessário “limpar” os Sertões de moradores considerados indesejados, ou seja, os índios tidos como bravios, os quilombolas e os vadios. Para justificar tais expedições foram criadas inúmeras imagens negativas a respeito desses moradores, e para cada um deles foram desenvolvidas atitudes específicas. Todas negavam a esses grupos o direito às terras.

Palavras-chave: Fronteiras; Sertão; Civilização; Índios; Quilombolas.

**Abstract**

The present dissertation is a study about the process of occupation occurs with the lands of interior in Minas Gerais during the second half of 18<sup>th</sup> century. At that moment, the context in Minas Gerais was conditioned by the necessity

of finding more lands to improve the agriculture and to be a promise of finding more gold to solve the diminution of collection. To do it this was necessary to make an expansion to interior's areas (Sertão) which were inhabited by runaway slaves and indigenous, considered as beast.

So, the metropolitan and colonial's authorities made a "Civilization's Project" to permit the accomplishment of this intents, using different types of expeditions. The principal objective was to civilize and to populate these areas with people that could be controlled on his movements and they were obliged to pay the taxes. It was necessary "to clean" the Sertão of dangerous people: runaway slaves and brave indigenous. To justify this a lot of depressing images about those people were created.

Keywords: Frontiers; Civilization; Indigenous; Runway slaves.

### Conquistar, civilizar...

**C**ONQUISTAR UMA REGIÃO NUNCA FOI TAREFA SIMPLES. Desde que o homem pôde ser entendido como membro de uma comunidade, as tensões nas fronteiras de seus territórios de domínio foram permanentes e sempre oscilaram em favor de um grupo ou de outro. Constantemente esteve presente a aventura de partir para terras desconhecidas a fim de conquistá-las, e logo a crença na superioridade de um grupo diante dos demais os impulsionava nessa direção. O ideal civilizador capaz de acabar com a barbárie também foi um elemento presente nos movimentos das sociedades humanas em busca de novas regiões. Assim, o processo iniciado no século XVI, quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo, desencadeou uma série de contatos entre a civilização européia e a indígena. Às diversas relações entre os dois grupos acrescem-se também os contatos travados com as populações de origem africanas. Nesses encontros havia uma constante reafirmação dos valores ocidentais católicos e brancos sobre os das sociedades consideradas inferiores, porque não católicas e não brancas. Em função dessas premissas, torna-se necessário delimitar alguns conceitos.

Conquista é, entre várias definições possíveis, um movimento de povoamento que ocorre quando um grupo mais desenvolvido tecnologicamente inicia um processo de agressão sobre um outro menos aparelhado. Para que tal ocorra

efetivamente, é necessário que o agressor, ou o conquistador, detenha um potencial bélico dotado de maior tecnologia, ou mais adaptado às novas condições históricas ou mesmo ambientais<sup>1</sup>. Conquistar tem, no mínimo, duas concepções: uma é o avanço sobre terras controladas por povos com menor tecnologia e/ou menores condições de defesa; a outra é a apropriação de riquezas e o domínio sobre os homens.

Uma das grandes conseqüências da dominação de uma sociedade por outra é que, com o domínio, ocorre, quase sempre, o controle sobre o meio ambiente, que era explorado pelo grupo subjugado, em geral áreas ricas e com boas possibilidades de proporcionar benefícios aos seus novos desbravadores. Como esses “novos controladores” detêm uma tecnologia mais avançada ou mais adaptada às novas necessidades, suas relações com a natureza são de esfera diversa da daqueles. Desta maneira, o meio ambiente passa a refletir, em última instância, as concepções de vida do novo grupo que o domina. Um exemplo desta situação é a coivara, também conhecida como queimada. Enquanto os indígenas brasileiros viviam organizados em seus próprios sistemas sociais, ela não era um grande problema para a natureza, pois uma área queimada e explorada era alguns anos depois abandonada e tinha tempo para se recuperar. Além disso, como a população dos grupos era relativamente pequena, não havia a necessidade de se derrubar e queimar imensas áreas para o plantio. Um outro fator que atenuava os efeitos da queimada sobre o meio ambiente como um todo era que muitos grupos indígenas ainda não se haviam dedicado às práticas agrícolas, vivendo apenas da caça e da coleta.

Quando os colonos conseguiam expulsar ou controlar os indígenas de determinadas regiões, a situação mudava radicalmente. Ainda que eles fossem considerados inferiores, muitas de suas técnicas foram apropriadas e a queimada foi a que teve maiores conseqüências para o meio ambiente. A partir de então, eram necessárias grandes áreas voltadas tanto para o mercado externo como para o abastecimento interno. As regiões já não possuíam tempo para se recuperar. Áreas cansadas eram abandonadas e novas terras eram buscadas.<sup>2</sup>

Pode-se perceber também que junto à idéia de Conquista havia claramente definida a busca por algo identificado com o conceito de riqueza. Para obter essas riquezas nenhum esforço seria demais. Era por elas que todas as forças eram reunidas e tudo era justificado. As expedições enviadas aos sertões exemplificam isso. Elas eram responsáveis pela transformação daquelas terras em áreas seguras para os colonizadores. Graças a elas, territórios ficavam “limpos” para o controle da sociedade que se via como civilizada.

As relações com os homens que habitavam as terras recém-incorporadas pelas conquistas rapidamente caminharam para confrontos abertos, acarretando posições antagônicas em termos culturais, sociais, políticos e religiosos. O conquistado rapidamente tornou-se o *Outro*<sup>3</sup> – aquele que não era semelhante a quem estava conquistando. Assim os subjugados foram tratados como inferiores, feios, sujos, desprovidos de cultura, enfim, sem qualquer traço que merecesse algum tipo de aceitação pelos “superiores”. As relações estabelecidas entre os dois grupos que se chocaram foram sempre baseadas no estranhamento. Cada um via o *Outro* como não-homem devido às suas diferenças.<sup>4</sup> Logo a sociedade mais avançada percebeu que os conquistados poderiam ser exterminados física ou culturalmente, ou ainda utilizados de maneira mais proveitosa, ou seja, transformados em cativos.

As variadas possibilidades nas relações estabelecidas com o *Outro* foram classificadas por Rouanet (1994, p. 80) em quatro tipos principais: diferencialismo repressivo, igualitarismo abstrato, diferencialismo crítico, e igualitarismo concreto. O primeiro conceito é o que nos auxilia no momento. Trata-se, segundo o autor, da forma mais primitiva das relações com o *Outro*. Ele, o *Outro*, é “investido das características de uma estranheza radical” e a comunicação entre ambos torna-se impossível porque o abismo que os separa é identificado como sendo muito grande.<sup>5</sup>

Essa diferença entre os dois grupos étnicos é diagnosticada pelos conquistadores como resultado de um grande distanciamento civilizacional entre ambos, ou ainda pela ausência completa de civilização no *Outro* conquistado, que é considerado um bárbaro, sem qualquer elemento cultural que possa torná-lo semelhante ao conquistador. Daí a dicotomia entre bárbaros e civilizados.

Ser civilizado é apresentar um conjunto de maneiras que a sociedade encara como a forma superior de se portar, de crer e fazer<sup>6</sup> (Elias, 1994, p. 24). Civilização é um processo em movimento constante *para a frente*.<sup>7</sup> Assim, civilizado era, no século XVIII,

...um dos muitos termos usados [...] com os quais os membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu “padrão” com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores...<sup>8</sup>

Ao analisar o conceito de civilização utilizando o referencial desenvolvido acima, identificou-se que, no século XVIII, ser civilizado era estar ligado ao

mundo cristão, ou seja, era ser um filho de Deus, cumpridor de todos os deveres não só para com a divindade mas também para com seu representante legal na Terra: o rei. Logo, ser civilizado era ser cristão e súdito.<sup>9</sup>

Essas características são os elementos que Bluteau (1713) tinha em mente ao definir os índios do Brasil:

Também chamamos índios aos povos da América. No Brasil, dividiram os portugueses aos Bárbaros, que vivem no sertão, em índios mansos e bravos. Índios mansos chamam aos que, com algum modo de República (ainda que tosca), são mais tratáveis e capazes de instrução. Pelo contrário, chamam índios bravos aos que, pela sua natural indocilidade, não tem forma alguma de governo, nem admitem outras leis, que as que lhes dita a sua fera natureza.<sup>10</sup>

Estes últimos eram, para Bluteau, ...gens fera [...] cujos [...] costumes são mais bravos que as bestas mais bravas.<sup>11</sup>

Era exatamente como feras e como bestas que a sociedade colonial via a maioria dos índios do sertão. Um dos maiores problemas que as autoridades tinham no século XVIII era o que fazer com o gigantesco número de índios não domesticados espalhados pelos territórios do interior, dominando áreas ricas em ouro e próprias para a agricultura e/ou pecuária. Sabia-se que somente controlando-os é que a civilização chegaria a essas regiões. Civilização entendida, é claro, como controle sobre as terras, sobre a mão-de-obra e sobre as riquezas minerais, feito por um grupo que se considerava superior, em detrimento do outro, visto como inferior.

A idéia de inferioridade e de superioridade é o que marcará as relações entre o conquistador e o conquistado. A crença na existência de raça superior e inferior, em que esta última é controlada ou extinta em nome de melhorias para aquela, ou em nome da expansão de um mundo tido como civilizado sobre um bárbaro, parece ser bastante antiga e não foi um atributo exclusivo da sociedade que se formou no Brasil. Os espanhóis da época das conquistas acreditavam que os índios eram inferiores aos europeus porque não compartilhavam da mesma cultura. Em alguns momentos, acreditavam, inclusive, que eles não chegavam a ser homens, ou, na melhor das possibilidades, se o fossem, seriam bárbaros, inferiores, pois não falavam as línguas conhecidas e entendidas como civilizadas.<sup>12</sup> Deveriam ser educados na verdadeira fé, a fim de se tornarem homens. Colombo serve-nos de exemplo: ele acreditava que os índios precisavam ser levados à Espanha para que aprendessem a falar.<sup>13</sup> Na realidade, o “aprender a falar” significava aprender um idioma que ele

considerava como tal – línguas conhecidas e aceitas na Europa. A linguagem indígena não era considerada como possível, assim como sua cultura.

O ideário da Conquista e todos os valores que estão ligados a ela conseguiram, de uma forma ou de outra, permanecer no tempo e em situações bastante diferentes entre si. Parte do que foi realizado durante as conquistas em Minas Gerais, durante o século XVIII, também já havia sido executado por diferentes grupos sociais há muito tempo e muito continuou sendo realizado no século seguinte. Pode-se perceber que houve uma certa continuidade no ideário referente às conquistas de novas áreas. Isso leva à inferência de que alguns valores permaneceram impregnados na maneira de as pessoas viverem e perceberem o mundo, ainda que em contextos socioeconômicos diversos.

Os europeus dos séculos XV e XVI tinham uma visão dos índios que passava pela inferioridade absoluta. Além disso, eram bárbaros, tábulas rasas sem cultura, sem identidades individuais, não sabiam falar, não eram homens e, em função de tudo isso, poderiam ser escravizados.<sup>14</sup>

No século XVIII, esses mesmos conceitos sobre os índios foram reelaborados e resgatados de épocas anteriores. Todavia, essas imagens também foram utilizadas para caracterizar o negro, permitindo deduzir que não importava muito se o *Outro* era um índio ou um negro. O que marcava o espaço entre estes e a sociedade européia, ou mesmo a colonial, era a construção pelos dois últimos grupos de imagens negativas acerca do primeiro, pois portadores de sistemas tão diferentes não eram percebidos como possuidores de cultura. Com bases nessas imagens negativas, justificava-se a dominação e o aniquilamento.

As razões para se considerar o *Outro* como bárbaro são quase as mesmas, quer se trate dos espanhóis, quer dos portugueses ou dos mineiros do século XVIII. Para eles, os povos que estão fora do controle exercido pela civilização vivem de maneira errada e, em função disso, precisam ser conquistados.

Para as autoridades mineiras, os Botocudo e os Puri constituíam nações bravias porque seus índios comiam outros homens e viviam em constantes guerras com os demais e com a sociedade branca. Logo, precisavam ser controlados através do aldeamento ou exterminados em nome do desenvolvimento da sociedade. Os quilombolas eram bárbaros porque não aceitavam sua condição de cativos e, ainda por cima, atacavam a sociedade senhorial branca. Para controlar os dois grupos, aldear os índios ou exterminá-los, foram preparadas inúmeras expedições e enviadas aos sertões.

Mas nem tudo estava do lado da sociedade colonial e de suas expedições de conquista. Os índios aparecem em todos os relatos como um sério obstáculo a

tais intentos. As notícias dadas pelo Alferes José Peixoto da Silva Braga são interessantes e permitem perceber esses contatos violentos entre a “civilização e a barbárie”. Esse documento remete-nos também a um outro tema: a preocupação demonstrada em não ferir os índios. Isso não teria sentido, se não fosse a possibilidade de escravizá-los. O *Outro* é diferente não só nas armas que usa, mas também em suas atitudes. É um antropófago bárbaro, mas pode ser útil ao sistema ao se tornar um cativo:

Na noite do terceiro dia avistamos as rancharias do Gentio, e seus fogos: emboscamos-nos no mato para lhe darmos na madrugada, mas sendo sentidos dos cachorros que tinham muitos, e bons, quando os avançamos, nos receberam com os seus arcos e flechas. Não demos um só tiro por ordem do Cabo, de que resultou o fugir-nos quase todo o gentio, o investir um deles ao sobrinho do Cabo com tal ânimo, que lançando-lhe a mão à rédea do cavalo lhe tirou a espingarda da mão, e da cinta o traçado, e dando-lhe com ela um famoso golpe em um dos ombros, e outro no braço esquerdo, fugiu levando-lhe consigo as armas. Desembaraçado do Tapuia o Paulista correu sobre ele sem mais efeito, que recuperar a espingarda que lhe largou o Tapuia, retirando-se com o traçado. Nesta mesma ocasião outro Tapuia em uma das suas portas feriu levemente no peito com uma flecha a um Francisco Carvalho de Lordelo, e acudindo outro lhe deu na cabeça com um porrete de que caiu logo, caindo-lhe deu outra porretada outro Tapuia, que apareceu de novo, deixando-o já por morto.

É para admirar, que em todo este conflito não fizesse ação alguma mais o nosso Cabo, que o andar sempre ao longe, gritando, e requerendo-nos, que atrássemos só ao vento por não atemorizar o gentio. Foi Deus servido levarmos os ranchos chovendo sobre nós as flechas, e os porretes. Retiraram-se para o mato os Tapuias, mas sem nunca nos perderem de vista, e tanto, que querendo darmos sepultura ao Carvalho persuadidos, a que estaria morto, procuraram em duas avançadas que nos deram, o tirá-lo e comê-lo, e vendo-se rebatidos nos pediram por acenos lhe déssemos ao menos a metade para a comerem, por ser diversa a língua da geral...<sup>15</sup>

Além dos índios, um outro fator que, segundo as fontes, atrapalhava o cotidiano dessas expedições, era a natureza percebida como agressiva e selvagem:

Aqui começou a gente a desfalecer de todo: morreram-nos quarenta e tantas pessoas entre brancos e negros, ao desamparo, e o eu ficar com vida o devo a meu cavalo, que para me montar nele pela nímia fraqueza, em que me achava era preciso o lançar – me primeiro nele de braços levantados sobre o primeiro cupim que encontrava...<sup>16</sup>

Entretanto, a dificuldade apresentada pela natureza bravia acabava sendo transformada por esses homens em mais um sinal de sua boa vontade para com Deus e para com seu Rei. A guerra contra a barbárie do terreno e de seus habitantes tornava a conquista mais necessária, mais valorizada e, portanto,

mais dignificada. Quanto mais problemas a enfrentar, maiores seriam as recompensas espirituais e financeiras.

Todas essas dificuldades tinham um local por excelência: o sertão, ou seja, a fronteira que separava a barbárie da civilização. Fronteira é “a marca ou linha de demarcação de dois sistemas de poder, que se caracterizava pela falta de estabilidade. [É] uma zona não perfeitamente definida e também despovoada devido à insegurança...”<sup>17</sup>

Além disso, “fronteira não é um conceito estático e atemporal [...] é um exercício soberano do poder sobre um território [...] com controle militar, econômico, cultural e político-administrativo...”<sup>18</sup>

Ainda que autores com pontos de vista diferentes sobre fronteira divirjam em alguns aspectos, parece que é unânime a noção de que o conceito de fronteira pressupõe o de movimento. A diferença é que esse movimento, no caso norte-americano, foi ininterrupto, rápido e contou com diferentes mecanismos. Como o avanço se deu sobre regiões densamente povoadas por tribos indígenas ou dominadas por países europeus, várias táticas foram sendo desenvolvidas para obter o controle dessas regiões, acordo com a “hierarquia” de quem dominava o território: guerras, extermínios, compras, acordos e conflitos. Isso tudo ocorreu durante o século XIX e foi apenas no sentido Leste-Oeste. Não houve interrupções ou recuos que atrapalhassem essa marcha. Uma outra característica dessa conquista é que, quando esses novos territórios eram incorporados, se iniciava imediatamente sua colonização, povoamento e exploração econômica. Isso fez com que, pouco a pouco, a identidade americana fosse pautada no mito da Conquista do Oeste. O que iria unir todo o povo americano seria essa concepção de que eram criadores de uma nação confiante e vitoriosa e contavam com a figura de um herói civilizador, vencedor da luta contra os “inferiores”.

No caso brasileiro, parece que só temos em comum com os norte-americanos o fato de que aqui também o conceito de fronteira abarca a idéia de movimento. Entretanto, esse movimento não é ininterrupto. Pelo contrário, várias foram as tentativas que resultaram em avanços e recuos dessa fronteira. Foi também um deslocar lento iniciado no século XVI, que continua estendendo-se até os dias de hoje. Portanto, no Brasil houve avanços, recuos, dispersões e estagnações no processo de povoamento e de incorporação de novas áreas.<sup>19</sup>

A situação em Minas Gerais, durante o século XVIII, exemplifica essa realidade. O povoamento do Oeste de Minas Gerais - e do Leste também - apresentava um problema de difícil solução: por mais que as autoridades tentassem, por meios diversos, controlar essa região, ela continuou a ser - pelo

menos até meados do século XIX - esconderijo de inúmeros quilombos e palco de tribos consideradas como selvagens e bárbaras.

O conceito de fronteira traz consigo um outro, que é o do espírito do homem da fronteira. Os participantes das expedições possuíam um sentido que os movia em busca de outras regiões sempre capazes de propiciar riquezas e glórias a seus desbravadores. Para o contexto de sua época, os desbravadores eram homens vitoriosos. E vitoriosos porque conquistavam. Eram homens que não se prendiam a qualquer região. Conquistada uma, partiam em busca de outras mais atrativas. Eram homens que, nas áreas de interiorização, exerciam todo o poder, eram os representantes legais das autoridades metropolitanas, portanto, eram temidos, respeitados e quase sempre obedecidos. Esses homens de fronteiras eram “produto do encontro do português e do indígena [...] e portavam em si próprios o [...] encontro de hábitos, de etnias, de linguagens, em suma, de culturas”.<sup>20</sup>

Durante o século XVIII, houve um projeto civilizador voltado para a Colônia. Embora tenha sido desenvolvido na Metrópole, tal projeto foi, em linhas gerais, absorvido pelas elites coloniais. Uma das principais idéias era a crença de que a sociedade branca, vista como a “civilizada”, deveria incorporar outras áreas à fronteira colonial, áreas preferencialmente ricas e com possibilidades de produzir, mas que estavam sob o controle de bárbaros, ou seja, daqueles que não compartilhavam dos mesmos sistemas culturais e de valores. Para isso, era necessário eliminar, de uma forma ou de outra, esses elementos. Esse projeto civilizador foi desenvolvido em regiões que poderiam propiciar algum tipo de retorno financeiro não só às próprias expedições que partiam para o seu controle, mas também às elites locais e à metrópole. O Sertão Oeste de Minas Gerais é um exemplo disso.

#### **As tentativas de controle e povoamento do Sertão Mineiro por meio de expedições**

O PROJETO CIVILIZADOR PROPOSTO para Minas Gerais só seria levado a efeito se houvesse um controle sobre os que viviam no Sertão, controle que se estenderia também às terras. O controle sobre as terras era teoricamente de fácil solução, uma vez que eram doadas em forma de sesmarias a quem tivesse condições de desenvolvê-las. Os sérios obstáculos com relação ao povoamento das áreas mais afastadas eram os grupos indígenas e os quilombolas.

Assim, com o objetivo de controlar essas regiões e sua população, várias expedições foram enviadas aos sertões - tanto do lado Oeste como do Leste de

Minas Gerais. Com destino ao Sertão Oeste foram enviadas seis expedições, entre os anos de 1735 e 1750, quatorze, entre 1750 e 1777 (Período Pombalino) e quatro, até o ano de 1784.

Antes de 1735, as expedições mandadas aos sertões eram esporádicas e não tinham a preocupação mais ampla de controlar toda a região mediante a destruição de quilombos e do extermínio de grupos indígenas hostis. Eram apenas interesses locais, que levavam a destruir um quilombo ou uma aldeia que estivesse perturbando o sossego público, ou então à procura de ouro.

O Conde de Assumar, terceiro governador das Capitânicas de São Paulo e de Minas Gerais (1717-1720), foi um exemplo claro dessa situação. Ainda que ele fosse um elemento chave para o controle e desenvolvimento do Império Colonial português,<sup>21</sup> parece que não associou esse fato ao povoamento das terras. Assumar entendia que bastava haver total obediência dos vassallos às ordens do suserano para que o crescimento do Império estivesse assegurado. Essa é a tônica de seu primeiro discurso em terras paulistas no momento de sua posse:

Não há nação, por bárbara que seja, que não respeite, e submissamente não venere aquele que reconhece por cabeça: os mais imbecis, os mais bastos e mais inertes povos, e mais semelhantes aos brutos foram sempre os gentios cá da América, [...] mas até este quase refugio do gênero humano respeitava os seus morubixabas, os seus ulmenos, curacão, apocuracá, os seus caciques, os seus incas, e os seus montezumas, tanto assim que sendo estes magnatas tão faltos de boa razão, como os mesmos súditos ordinariamente era tirânico o seu governo, contudo leis invioláveis eram os seus preceitos, e não só submissa, mas escravamente eram obedecidos, como se entre gente tão estulta houvesse algum Samuel, que lhe dissesse o absoluto Império que o soberano tem sobre os vassallos...

Para Assumar, se até o “refugio do gênero humano” respeitava as suas leis, o mesmo deveria ser esperado, e até com mais ardor, dos povos civilizados, pois o rei português, segundo ele, governava não somente como um “Vice-Deus na Terra” mas também como um pai, tratando os seus filhos vassallos com bondade e suavidade, impondo a obediência através de meios não violentos.

Depois de deixar claro que considerava os paulistas homens valorosos e heróicos, devido aos seus feitos contra as Missões indígenas espanholas, a destruição de Palmares e a luta contra os Emboabas, conclamou a todos que passassem a obedecer ao soberano de maneira incondicional, já que a obediência acarretaria a riqueza de todos: do soberano e deles, vassallos.

Assumar entendia, ou precisava acreditar, que era possível obter a obediência dos paulistas. O grande problema para ele eram os negros, insolentes, revoltosos

e, para seu desespero, em maior número que a população branca. Palmares era o grande fantasma da vida do governador. Em seu primeiro discurso, aparecia o quilombo, e seus quilombolas são vistos como *cabeças de hidras rebeldes*, abatidas graças aos esforços paulistas. A partir daí, Palmares reaparecerá em inúmeras cartas, bandos e provisões de Assumar, sempre como um enorme perigo prestes a se repetir em Minas Gerais.

Essa visão de que bastaria o controle político e econômico sobre a colônia para fazê-la produzir riquezas modificou-se aos poucos e tais alterações podem ser percebidas também nas expedições enviadas às áreas mais longínquas do território colonial, todas elas com objetivos claros de conhecer as regiões, fazê-las produzir riquezas e povoá-las. Para atingir esses estágios, seria necessário eliminar os agentes que os impediam: índios e quilombolas. Era preciso também civilizar as novas regiões recém-incorporadas ou em processo de incorporação.

Com relação a Minas Gerais, percebe-se que as expedições posteriores a 1735, quando Gomes Freire assumiu a Capitania, e ainda mais a partir de 1750, momento em que Pombal assumiu efetivamente o controle em Portugal, possuíam um caráter mais global. Identifica-se nelas um projeto maior, que visava, em última instância, controlar toda a região do sertão, ampliando áreas de mineração e os limites da capitania. Tratava-se de um projeto que buscava tornar uma região propícia a receber os ideais da civilização.

As expedições feitas a partir desse momento em Minas Gerais eram grandes em sua formação humana, caras e de difícil organização, e não partiam para destruir um quilombo ou uma aldeia indígena. O objetivo era destruir qualquer elemento que estivesse prejudicando o povoamento e o desenvolvimento da região. Após a solução desse problema, sesmarias deveriam ser distribuídas, a fim de que pessoas idôneas passassem a arcar com a responsabilidade de manter a área livre dos quilombolas e dos índios. Durante a expedição, era preciso também criar igrejas, símbolo do poder espiritual sobre os homens, cuidar das pendências judiciais que fossem encontradas, casar as pessoas que viviam em concubinato e iniciar plantações que facilitassem novas expedições, ou, conforme eram chamadas, novas entradas.<sup>22</sup> Por tudo isso, fica claro que essas expedições possuíam uma preocupação com a civilidade. Era necessário civilizar essas áreas, até então entregues aos bárbaros, e a necessidade de civilizar estendia-se também à população livre que habitava o Sertão. O concubinato, os desmandos dos régulos, a falta de fé, tudo isso deveria ser combatido em nome de uma moral cristã.<sup>23</sup> Civilizar, nesse momento, significava não só controlar fisicamente a região mas também transformar aquelas pessoas em súditos leais do rei e de Deus.<sup>24</sup>

Para efetuar todos esses passos, as expedições possuíam uma estrutura que pouco se alterava de uma para outra. Pelo seu cotidiano, pode-se afirmar que elas eram chefiadas por líderes poderosos, capazes de manter centenas de homens sob seus controles. Exerciam plenamente a Justiça sem qualquer questionamento de seus pares ou seguidores. Ignácio Correia de Pamplona, líder de algumas das expedições enviadas aos sertões de Minas Gerais, fazia questão de resolver as pendências judiciais, prender criminosos, processar outros e matar os inimigos indígenas e quilombolas.<sup>25</sup> Pamplona possuía poderes absolutos conferidos pelo Governador ao lhe dar a patente de Mestre de Campo e Regente dos distritos de Pium-í, Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiás.

O controle sobre essas regiões tornava-se necessário em função de problemas nas vilas e arraiais mineiros, pois o crescente número de vadios exigia uma solução que passava pelo envio deles a essas áreas.

Um outro agravante foi a diminuição do volume de ouro extraído, o que forçava a busca de novas regiões auríferas. Todavia, para que isto fosse levado a efeito, era necessário que essas regiões do Sertão ficassem desimpedidas de seus “moradores perigosos”.

Essas áreas, então, foram sistematicamente visitadas e exploradas por grupos de homens armados e religiosos que buscavam trazê-las para o seio da civilidade. Na realidade, tratava-se de conquistar terras aos grupos tidos como bárbaros e colocá-las em grupos sob a tutela do Estado e da sociedade que se imaginava como veículo de civilização.

Mesmo que alguns indígenas fossem vistos como “úteis” para as autoridades coloniais, a maioria deles não passava de bárbaros que atrapalhavam o desenvolvimento. Logo, era preciso retirá-los da região. Essa retirada, porém, era muito complexa e envolvia uma série de leis que quase nunca foram respeitadas. Os quilombolas eram bandidos e propriedades fugitivas de alguém. Logo, poderiam e deveriam ser presos e/ou exterminados. O índio era, de acordo com as leis, um ser que precisava ser respeitado e protegido pelas autoridades, desde que fosse pacífico.<sup>26</sup> O índio pacífico era um aliado em potencial e deveria receber melhor tratamento.<sup>27</sup> Os considerados indomáveis e “incivilizados” - leia-se: incapazes para o trabalho nas fazendas - deveriam ser rapidamente exterminados ou expulsos para mais longe.

Uma das saídas encontradas para controlar os indígenas considerados mansos e que viviam espalhados por territórios propícios à agricultura ou à mineração, foi utilizá-los como elementos capazes de, sob certas condições, favorecer o povoamento e a colonização, ou seja, utilizá-los como mão-de-

obra e como defensores do território, sempre atacado por outros índios ou por quilombolas.

Assim, determinados grupos indígenas teriam funções específicas a desempenhar no Projeto Civilizacional proposto pela Coroa. Com relação à repressão aos negros quilombolas, o papel dos indígenas seria de suma importância, uma vez que eles eram os maiores conhecedores do terreno.

Baseado nessas idéias, em 1714, o Rei D. João, após receber uma carta do Governador e Capitão General de São Paulo e Minas Gerais, escreveu-lhe dizendo que “dá[va] conta do que achando a Comarca do Rio das Velhas, expostas as invasões de vários negros fugitivos e salteadores que desciam as estradas e a roubar os passageiros sem que os Capitães do Mato pudessem remediar este dano”.<sup>28</sup>

O Rei afirmou ter gostado muito da solução proposta para acabar com os desmandos dos negros, ou seja, a criação de um aldeamento para os índios que viviam dispersos na região. Este aldeamento seria construído “junto à estrada que fica mais exposta”, e os índios receberiam armas e auxílios de pessoas para acabarem com os quilombolas. D. João chamou a atenção do Governador para que ele não colocasse nos novos aldeamentos índios que já tivessem sido aldeados em outros estabelecimentos, e que só lhes entregasse armas nos momentos de grandes problemas. Cessando o fato, todas as armas deveriam ser recolhidas, a fim de que outros tipos de conflitos não ocorressem.

Em 1718, o Conde de Assumar escreveu ao Rei dizendo que o tal aldeamento não havia sido feito porque o Governador não teria encontrado índios para povoá-lo e que, portanto, a solução para acabar com os quilombolas da região ainda não havia sido encontrada, ainda que ele, Assumar, tivesse procurado “dar toda a possível providência a este mal, [entretanto] como os negros fugidos são muitos, cada dia estão rebentando por diversas partes”.<sup>29</sup>

O Rei, entretanto, não havia desistido da criação de um aldeamento para pôr fim aos excessos dos negros fugidos. Em 1719, enviou ao Conde de Assumar uma Ordem Régia,<sup>30</sup> na qual determinava a criação do posto de Capitão-do-Mato e reiterava a necessidade da criação da dita aldeia, uma vez que o número de aquilombados aumentava cada dia mais e nada conseguia destruí-los, ou pelo menos “os dividir e desgregar”. Assim, cada vez ficavam mais perigosos. O Rei entendia que

Com uns bárbaros emboscados se podem competir e ter partido outros bárbaros que vivem nos matos e assim com estabelecimento e criação de uma aldeia do gentio doméstico em cada comarca poderão se ter limite as insolências que atualmente praticam os ditos negros, cujo ímpeto pode o gentio rebater e paulatinamente disgregá-los

porque tanto que andarem dividi-los e dispersos será fácil a execução do castigo para o que se faz precisa a criação da dita aldeia.<sup>31</sup>

Entretanto, ainda assim o aldeamento não foi criado em função de uma série de problemas na região.

Anos depois, foi enviada aos sertões uma expedição com o objetivo de resgatar uma moça que havia sido seqüestrada por quilombolas e de destruir os quilombos que fossem encontrados no caminho. A expedição realmente conseguiu recuperar a moça, prender alguns negros e matar outros. Continuando sua jornada, encontrou outro quilombo que, ao ser atacado, foi defendido por uma série de flechas disparadas por índios que ali viviam em contato com os negros fugidos. Três Capitães do Mato ficaram feridos, “dois com duas flechas presas no pescoço e com grande perigo de vida”.<sup>32</sup> A solução proposta foi a de utilizar, em novas investidas contra o quilombo, os índios “mansos de Frei Ângelo que se acham no Xopotó”.<sup>33</sup> Esses índios eram, na realidade, do grupo Coroado e estavam aldeados há alguns anos na região, servindo também como mão-de-obra para os fazendeiros.

O curioso dessa situação é que um mesmo quilombo propiciou dois tipos de contato com indígenas: os que conviviam com os quilombolas no interior do quilombo e, portanto, tinham interesses em comum, e os que os consideravam como inimigos, ainda que estivessem apenas cumprindo ordens.

A utilização de índios aldeados para atacar quilombos ou para procurar negros fugidos dentro das matas foi uma constante em Minas Gerais. Durante uma expedição à Serra Negra, novamente no Xopotó, liderada por Manoel Rodrigues da Costa e seguida pelo Frei Manoel de Jesus Maria e alguns de seus índios aldeados, foi vista uma fumaça a alguns quilômetros, dentro da mata. Todos imaginaram, pela sua formação, que ela estava sendo feita por grupos de negros fugidos que viviam naquelas imediações com o fim de preparar a área para plantações futuras. As lideranças retornaram ao aldeamento e deixaram apenas um grupo de 30 homens, entre brancos e índios, à procura do quilombo. Na realidade, o grupo conseguiu localizar um dos supostos quilombolas, levando-o preso ao aldeamento. Lá, conseguiram que o dito negro confessasse algumas coisas a seu próprio respeito e sobre a estrutura quilombola: “O puseram alguns camaradas em confissão dando lhe alguns tratos e como ele tem mais de boçal do que ladino declarou ele preto angola.<sup>34</sup> [Disse também:] Há verdade, é certo ser o quilombo muito grande, e muito antigo e distancia grande e sempre”.<sup>35</sup>

Para entender o que dizia o negro, usaram um outro escravo, também africano, que vivia no aldeamento. Por ele ficou-se sabendo que havia sido “induzido ele com quatro parceiros por outros pretos e levados a uma grande povoação dos mesmos pretos”.<sup>36</sup>

Sobre o quilombo, afirmou que era grande e que possuía inúmeras roças com plantações de cana de açúcar, bananas, laranjas. Tinha também descaroadores e muito algodão.

Quando foi capturado pelos índios, o negro afirmou que estava fugindo do quilombo por causa dos maus tratos que lá recebia e da obrigação de ter que trabalhar. Ele e mais um outro parceiro resolveram então fugir. Seu companheiro foi rapidamente aprisionado pelos quilombolas e ele conseguiu ir mais adiante, até encontrar o grupamento da expedição.

As explicações dadas por esse quilombola aprisionado são bastante interessantes e podem mostrar uma tentativa desesperada de atenuar sua culpa como escravo fugido e aquilombado. Ao afirmar ter ido para o quilombo induzido por outros, estava, na realidade, usando um artifício muito comum entre quilombolas recapturados. Ser induzido a ir para um quilombo era menos grave do que ter ido de livre e espontânea vontade, e dizer que estava fugindo por causa de maus tratos e da exigência do trabalho tirava-lhe de sobre os ombros o fato de ser um quilombola, algo muito mais grave do que ser apenas um escravo fugido. Além do que, não poderia ser acusado também de ser um dos líderes, caso em que a pena era normalmente a morte.

Com base nesse depoimento, a tropa resolveu que deveria voltar à região, continuar procurando o quilombo e descobrir seu exato tamanho, a fim de que todas as medidas com relação à expedição, às armas, às tropas e à alimentação fossem tomadas, objetivando destruí-lo.<sup>37</sup>

Infelizmente não sabemos de mais nada com relação a essa nova expedição, nem se o quilombo foi localizado ou não.

No Rio de Janeiro, já no século XIX, a situação também não era muito diferente, ainda que sua população indígena fosse muito pequena, mesmo a aldeada. A Real Fazenda de Santa Cruz é um exemplo claro de como se poderiam utilizar os índios aldeados para ajudar a destruir os quilombos. Em 1822, o Superintendente da Fazenda escreveu um ofício ao Ministro da Justiça, comunicando que, de acordo com a autorização recebida por ele, dada pelo mesmo Ministério, havia pedido aos Capitães-Mores das Aldeias de Itaguaí e de Mangaratiba, para que junto com seus índios aldeados viessem em socorro da Fazenda, a fim de acabar com grupos de escravos aquilombados em suas

matas. Dessa diligência participaram 91 índios comandados pelos seus chefes. Informava ainda o ofício:

A diligência dos índios foi muito bem dirigida pelos seus próprios chefes, apesar das grandes chuvas, que sofreram de dia e de noite com muita constância. Em alimentos para sua sustentação despendeu esta Fazenda em poucos dias, bem perto de 60 mil réis, motivo porque os não demorei por mais algum tempo. Ainda não foram pagos os seus jornais sem outra causa que a de esperar o arbítrio e determinação de Vossa Alteza Real sobre o que cada um deverá ganhar por dia assim tão bem os dois Capitães-Mores.<sup>38</sup>

Não era somente através dos aldeamentos que os índios conseguiam capturar quilombolas. Houve vários casos individuais de indígenas que contribuíram para o aprisionamento de escravos fugidos. Em 1770, sob o governo do Conde de Valadares, ocorreu um caso interessante. Em agosto desse ano, os índios do grupo Pataxó, Joaquim Barbosa, Manoel da Cunha e outros, todos considerados como civilizados e residentes do distrito da Casa da Casca, prenderam nas matas próximas de suas residências quatro negros quilombolas. Os escravos foram levados amarrados para a cidade e os índios exigiram o pagamento das tomadias, conforme era a praxe.

Os senhores dos escravos recusavam-se a pagar a tomadia, alegando que eles não eram Capitães-do-Mato. Por isso, João Seixá da Costa escreveu ao Conde de Valadares pedindo que lhe desse instruções de como proceder e o avisando de que havia recolhido os escravos à Cadeia e que havia feito os índios voltarem ao seu aldeamento, com a promessa de que seriam muito bem recompensados pelo aprisionamento dos fugitivos.<sup>39</sup>

O Conde de Valadares não apenas concordou que os índios haviam feito um excelente trabalho, como também mandou que fossem pagas as tomadias, a fim de que eles ficassem satisfeitos. Além disso, mandou o Sargento-Mor estabelecer um corpo com esses índios e outros mais, para que dessem batidas nos matos a fim de buscar mais quilombolas e receber outras recompensas.

Esse caso mostra claramente um conflito declarado pelo controle da área pelos quilombolas e pelos índios, conflito no qual os índios levavam a melhor. Indica também a apropriação de valores do mundo branco pelos índios. Os índios, ao aprisionarem os negros e exigirem a tomadia, na realidade estavam lidando com valores e conceitos da sociedade que os mantinha submissos. Esse serviço de capitão-do-mato poderia ser uma maneira encontrada pelos indígenas de se manterem dentro do sistema montado, já que o seu já que o deles estava desarticulado havia tempos.

O fato de as autoridades utilizarem os índios como capitães-do-mato, aproveitando-se de suas experiências, bem como de tentar livrar as matas, que consideravam suas, da presença dos quilombolas, pode ser considerado um jogo. Analisando detalhadamente a fonte e sabendo como foi o processo de retirada dos índios da região, pode-se observar que se tratava de um mecanismo mais complexo usado pelo Governador da capitania. Os índios capturariam os quilombolas da área, deixando-a “desinfestada” e assim os fazendeiros poderiam instalar-se na região. Bastava para isso retirar os ditos índios de circulação. Nesse momento, entrariam em cena os aldeamentos, no próprio local ou em áreas mais afastadas. Enquanto os elos mais fracos da corrente lutavam entre si, o planejamento de extermínio físico ou ainda cultural dos elementos capazes de impedir a expansão de possíveis frentes agrícolas iniciada pelas autoridades seguia seu rumo.

Ainda que os índios servissem algumas vezes como aliados, era de vital importância que o controle sobre eles se efetivasse de maneira cada vez mais ampla. E um dos grandes problemas que as autoridades tinham que resolver era como controlá-los, para que servissem de alguma forma ao projeto civilizacional em andamento. Em 1769, Paulo Mendes Ferreira Campelo, Comandante do Arraial do Cuieté, ao escrever ao Governador Valadares, afirmava que uma saída para a região seria reunir num único local todas as tribos que viviam isoladas e soltas pela área, pois, de acordo com ele, eram pequenos grupos e não se justificava ficarem controlando tantas terras e impedindo o povoamento. Além do que, sua dispersão inviabilizava a catequização:

...é constante e se manifesta por certo serem as aldeias dos índios que se pretende agregar bastante dispersas umas das outras e não muito abundantes de gente, suposto que unidas de um só corpo se compõem de numero avultado estas não podem ser doutrinados na fé com separação por ser custoso admiti-las ao grêmio da igreja nas suas residências e para melhor êxito de se congregarem se deve passar para a parte sul da outra banda do rio Doce [...] porque não pode o sacerdote assistir a todos separados.<sup>40</sup>

Ainda que fossem percebidos como empecilhos e causadores de diferentes problemas os índios da região serviram em vários momentos aos interesses das autoridades. O Conde de Valadares havia ordenado a Ignácio Correia de Pamplona que deixasse alguns soldados no Rio São Francisco para impedir o contrabando de ouro por ali. Pamplona respondeu-lhe que de nada adiantaria tal medida, uma vez que o rio era muito extenso e com numerosas cabeceiras,

e que ninguém se atreveria a tentar passar por ali por causa dos negros e índios que lá viviam e que eram “as melhores guardas que V. Exa. tem para segurança do prejuízo que nesta parte receia”.<sup>41</sup>

É interessante a idéia da utilização dos índios como guardas naturais das áreas mais afastadas e, portanto, perigosas da colônia. Pombal, anos antes, havia determinado essa mesma medida por meio dos aldeamentos dirigidos pelos Diretores, organismo máximo, segundo este, de controle dos indígenas.<sup>42</sup>

A situação nesse momento era praticamente idêntica em Minas Gerais. Os índios, ainda que vistos como em total barbárie, acabavam sendo também usados como peças-chave na defesa do território, mesmo que sem o saber.

Essas idéias de aproveitar alguns índios para auxiliar no desenvolvimento das regiões permaneceram, e Marlière, um dos mais importantes Diretores Gerais dos Índios de Minas Gerais no século XIX, alegava que o Brasil era um país imenso em extensão, com uma população muito pequena, o que dificultava todas as tentativas de povoar determinadas regiões e também de defendê-las. Uma alternativa proposta por ele era a de que se deveria organizar

...a todos os índios mansos capazes de pegar em armas, em companhias e batalhões. Cada companhia teria seus oficiais tirados dos mesmos índios... Cinco companhias formariam um batalhão e este batalhão poderia ser comandado por um oficial índio em tempos de paz. Os batalhões nos dariam excelentes tropas ligeiras pouco dispendiosas em tempo de guerra para defesa do país e dos nossos matos impenetráveis aos europeus mesmo aos oriundos não sendo índios. Neste caso, venceriam soldo. Fariam parte em todo o tempo da segunda linha. Falo por que já experimentei [...] Organizei os Coroados desse modo e aos Coropós contra os Presídios da Pomba e São João Batista hoje são todos mansos. Os jesuítas do Paraguai usavam como se sabe deste método e deram o que fazer com seus índios as tropas da Europa empregadas contra eles. É escuso dizer que este método lisonjeia muito aos índios que nunca se recusam a obedecer o chefe de sua nação e nunca se aceitam a dar obediência a outros exceto se lhes forma longa experiência e suas intenções benévolas para com eles...<sup>43</sup>

O que o comandante estava propondo era a criação de um grande aldeamento, onde um grupo numeroso de índios pudesse ser controlado mais facilmente.

Em Minas Gerais, os aldeamentos durante o século XVIII tinham, além de sua função estratégica, um papel econômico: visavam suprir também a demanda por mão-de-obra nas regiões. Para tanto, ofereciam índios aos fazendeiros, os quais seriam utilizados por tempo determinado, recebendo em troca um salário. Em muitos casos, essa exigência ficava apenas na teoria.

Em 1701, respondendo sobre umas datas que possuía, o Rei afirmava que as mesmas deveriam ser entregues a Manoel Rodrigues de Arzão, para que cuidasse delas como se fossem suas. Várias facilidades foram oferecidas a ele. Com respeito à mão-de-obra, assim se referiu o Rei:

Os índios que hão de trabalhar nestas datas hão de ser das aldeias não se tirando mais que cinco de cada uma, que serão os que se entendem podem bastar para trabalharem nas datas e plantarem os mantimentos os quais hão de ser todos os anos reformados para que não percam o amor as suas aldeias...<sup>44</sup>

O controle exercido pelos Diretores dos índios ou pelos religiosos antes de 1759 provocou inúmeros conflitos com os fazendeiros em várias regiões do Brasil, os quais acusavam os demais de exigir pagamentos altos pelo trabalho dos indígenas e não permitir a negociação direta entre o fazendeiro e os índios, ficando com o pagamento que a eles seria devido.

Os aldeamentos também serviam, em alguns casos, como um núcleo populacional capaz de atrair novos moradores. É necessário ressaltar o caráter civilizatório dessas estruturas, na medida em que se percebem momentos distintos no estabelecimento dos aldeamentos. Alguns eram fixados em locais de grande movimento econômico e populacional, com o objetivo de tentar trazer os índios à civilização e, evidentemente, fornecê-los como uma alternativa de mão-de-obra. Por outro lado, havia aldeamentos que eram estabelecidos em áreas longínquas e com uma pequena população, ou seja, nos sertões. Nesse caso, percebe-se que a principal razão da sua criação era a de colonizar e civilizar a área. O aldeamento servia, nesse caso, para com ele levar e fixar uma população capaz de produzir e desenvolver áreas até então isoladas. Os índios domesticados serviriam ainda para proteger a população de ataques de outros grupos indígenas ou mesmo de quilombolas. Seja como for, o fato é que as políticas oficiais de estabelecimento para os índios levavam necessariamente ao mesmo ponto: à exploração da mão-de-obra indígena e ao desenvolvimento de determinadas áreas.

Para que essas áreas fossem desenvolvidas, as autoridades coloniais contavam com pessoas que viam nas expedições a chance de obter riquezas, terras e escravos. Os moradores da região que tinham condições de arcar com essas despesas, usavam-nas para incrementar seu poder econômico, político e social. Liderar uma delas significava adquirir títulos, privilégios econômicos e prestígio, além, é claro, de riquezas. Ignácio Correia de Pamplona foi um desses homens e mostrou, pela trajetória de sua vida, o que permeava o modo de pensar desses homens que viviam nas áreas fronteiriças entre o Mundo Colonial e o Sertão.

Sua vida foi pautada pelas grandes expedições no combate aos índios, pelas batidas aos quilombos que se localizavam no Oeste de Minas Gerais e pelo controle quase que absoluto que detinha na região, em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelos próprios Governadores, além, é claro, de sua participação ainda pouco compreendida na Inconfidência Mineira e na sua posterior delação do movimento.

Cumprindo as ordens do Governador Luis Diogo Lobo da Silva, Pamplona, em 1765 - com 34 anos de idade - fez sua primeira Entrada nas nascentes do São Francisco, acompanhado de alguns sócios interessados na ocupação daquelas terras. Faziam parte do grupo também vários escravos e índios pacificados. O capelão era o Padre Antonio Pereira Henriques, que possuía o poder de vigário da vara e provisor de novas capelas. Como consequência dessa Entrada, o Governador assinou várias cartas de Sesmarias com datas de 1.º de dezembro de 1767. Em todas elas, a causa principal para que os requerentes pedissem as terras era a de que tinham participado de alguma forma na conquista do sertão devoluto do Rio de São Francisco, da Serra da Marcela e do Quilombo do Ambrósio. Os homens alegavam ter acompanhado Ignácio Correia de Pamplona; as mulheres e suas filhas diziam ter contribuído com escravos para que a conquista pudesse ocorrer. Simplícia e Teodósia Correia Pamplona receberam terras na Freguesia do Arraial da Senhora Santa Ana do Bambuí; Francisca, Rosa, Timóteo e o pai, Inácio Correia Pamplona, receberam sesmarias no Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Conquista do Campo Grande.<sup>45</sup>

Havia também um outro ponto em comum nas petições, requerendo terras na área conquistada: todas alegavam que se tratava de sertão devoluto e que a campanha de conquista havia sido uma empresa perigosa devido aos quilombolas que dominavam a região.<sup>46</sup>

A expedição teve, contudo, sérios problemas com os índios Caiapós e os quilombolas que ali viviam escondidos do avanço branco. A condição básica para a ocupação do território seria a sua aniquilação e esse foi o primeiro passo do grupo. Pamplona instalou-se no Desempenhado, perto de Bambuí, e de lá comandou várias expedições contra esses grupamentos. A partir daí, teve início o seu poderio. Em função dos serviços prestados, adquiriu autoridade sobre o “sertão do sul de Minas que se situa[va] ao norte do Rio Grande até dividir-se com o sertão da Farinha Podre”.<sup>47</sup>

Durante sua vida, Pamplona conseguiu adquirir várias sesmarias, quase todas com extensão de três léguas de terra em quadra.<sup>48</sup> Ele também possuía a Fazenda dos Perdizes, a do Mendanha, a do Capote e uma outra na Lagoa

Dourada, freguesia dos Prados, Comarca do Rio das Mortes. Durante a campanha de Conquista de Bambuí e Campo Grande, conseguiu adquirir oito sesmarias: uma era dele (a do Desempenhado) e as sete restantes eram de seus filhos e genro, mas controladas por ele. Em seu testamento, datado de 1821,<sup>49</sup> afirmava que, para conseguir medir e demarcar todas estas terras, precisou fazer muita despesa com “pólvora, chumbo, armas de fogo, mantimentos, tropas de bestas e muitos homens...”, deixando claro o espírito de guerra que norteava a expedição.

Em 1769, Pamplona fez sua segunda expedição ao Sertão de Minas, sob as ordens do Conde de Valadares e já com o título de Mestre de Campo e Regente dos distritos de Pium-í, Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiás. Seu objetivo era principalmente dar combate a índios e negros quilombolas<sup>50</sup> e povoar a região. Para isso distribuiu mais de cem sesmarias na área e deixou inúmeros documentos relatando toda a rota da expedição, além de uma série de mapas feitos durante a viagem, dando detalhes da área e dos quilombos encontrados.

Durante essa expedição, Pamplona estabeleceu várias capelas: a de São Francisco de Sales, a de N. Senhora da Conceição, a de Santa Margarida de Cortona, a dos Santos Mártires e outras. Esse tipo de edificação era vantajoso porque, a partir dele, o bispado de Mariana podia tomar posse espiritual da região e, conseqüentemente, cobrar os dízimos.<sup>51</sup>

Entretanto, ocorreu uma série de contratemplos que a expedição teve que enfrentar até a volta para a Fazenda do Capote, no dia 27 de novembro de 1769. Ignácio Correia de Pamplona chegou à sua fazenda com poucos homens. A maioria ficou pelo caminho, parte tomando posse de suas terras, parte mortos ou desertados. O resultado prático dessa expedição foi de caráter duvidoso. Praticamente não se prenderam quilombolas, pois todos os quilombos estavam vazios. Para onde teriam ido? Provavelmente mais para o interior onde já estavam os índios. Ouro, não se localizou. A única medida efetiva foi a posse da região pela Câmara de São João del Rei e a distribuição de terras. Mesmo assim, isso acabou sendo um problema, pois com a saída da expedição da área, grupos de quilombolas ou de índios voltaram e desencadearam ataques constantes aos novos sesmeiros, ocasionando suas fugas e o abandono das fazendas.

De tempos em tempos, outras expedições tiveram que voltar à área e recomeçar o processo.

No ano de 1773, Pamplona entrava novamente no Sertão, desta vez com o objetivo de averiguar os boatos da descoberta de ouro nas redondezas. Infelizmente, quase nada se sabe sobre essa expedição. Em 1781, Pamplona

organizou uma outra também com o mesmo objetivo. Dessa vez não passou da Serra da Marcela. Em 1782, Pamplona organizou uma outra entrada, mas dela não participou, ficando a liderança com João Pinto Caldeira. Seu objetivo era dar combate aos quilombolas e aos índios Caiapós.

É curioso ressaltar que todas essas Entradas corriam por conta de Pamplona. Os gastos com alimentação, armas, munições e qualquer outro elemento ficavam por seu risco. Isto não significava que ele tivesse qualquer tipo de prejuízo, ainda que tivesse alegado isso como uma das justificativas para solicitar novas sesmarias.

As inúmeras sesmarias concedidas à família Pamplona, graças a essas Entradas, além de simbolizarem prestígio social e político, forneceram todos os créditos necessários às suas pretensões. Além do mais, as terras foram concedidas de modo que uma fizesse fronteira com a outra, o que acabou por acarretar um gigantesco latifúndio controlado por Ignácio Correia de Pamplona. Com toda essa terra, ele passou igualmente a controlar os arrendamentos na região. E, em última instância, toda a vida econômica do local.

### Conclusão

AS ENTRADAS OCORRIDAS EM MINAS GERAIS durante a segunda metade do século XVIII foram mecanismos incentivados pelas autoridades, de maneira a fazer com que novas áreas fossem gradativamente sendo incorporadas ao mundo colonial. Tal incorporação fazia-se de forma organizada e metódica, com regras que deveriam ser obedecidas pelos líderes e pelos participantes. Em troca, eles recebiam privilégios políticos, econômicos e sociais. Assim, um dos maiores objetivos dessas expedições foi o acesso a essas regiões sem a presença de agentes que inviabilizariam o domínio, ou seja, os índios não aliados e os quilombolas. A estes estaria reservado o extermínio e a escravização.

O projeto civilizador pensado pelas elites para essa região não funcionou a contento. O principal motivo foi, sem dúvida, a pobreza dos moradores que ocuparam a região do Sertão Oeste. Estes ficavam à mercê de ataques de índios e de quilombolas, correndo o risco de perder o pouco que tinham ou mesmo a vida. Uma outra razão para esse fracasso pode ser buscada na falta de disposição dos índios e de quilombolas em “cooperar” com as elites e assim facilitar o controle sobre essas áreas.

## Notas

- 1 Dicionário de ciências sociais publicado pela Fundação Getúlio Vargas (verbete: conquista).
- 2 DRUMMOND, J. A.. *Devastação e preservação ambiental*. Niterói: EDUFF, 1997.
- 3 TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- 4 Ibidem.
- 5 ROUANET, S. P. Identidades e diferenças: uma tipologia. *Revista Sociedade e Estado*, v. 9, n. 1-2, p. 80-84, jan./dez. 1994.
- 6 ELIAS, N.. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994. v. 1, p. 24.
- 7 Ibidem.
- 8 Ibidem., p. 54.
- 9 OLIVEIRA, R. *Sertão e nação*: Euclides da Cunha e a construção da brasilidade sertaneja. 1998. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- 10 BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1713. (verbete: “índios”).
- 11 Ibidem. (verbete: “bravo”).
- 12 TODOROV, op. cit., p. 90, nota 3.
- 13 Ibidem., p. 36.
- 14 Ibidem.
- 15 Notícia 1.<sup>a</sup> prática - que dá ao Pe. Manoel Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que se passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayases até sair na Cidade de Belém do Grão-Pará. In: TAUNAY, A. de E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 129.
- 16 Notícia 1.<sup>a</sup> prática - que dá ao Pe. Manoel Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que se passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayases até sair na Cidade de Belém do Grão-Pará. In: TAUNAY, op. cit., p. 128
- 17 Dicionário de ciências sociais. (verbete: fronteira).
- 18 OLIVEIRA, L. L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *Manguinhos: história, ciências e saúde*, v. 5, jul. 1998. Suplemento.
- 19 A respeito dessa discussão sobre fronteiras, ver TURNER, C.J. *La fronteira en la historia americana*. Madri: Castela, 1960; e HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975.

20 LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. p. 743.

21 Assumar, além de governador das capitanias de São Paulo e Minas Gerais em 1717, em 1744 foi nomeado Vice-Rei da Índia, onde recebeu o título de Marquês do Castelo Novo; ao participar da tomada da Praça de Alorna, recebeu o título de Marquês de Alorna.

22 Notícia diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Mestre de Campo Regente e Guarda-Mor Ignácio Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote, às conquistas do Sertão, até tornar a recolher a mesma fazenda. Registrada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, 1988, v. 108.

23 Idem.

24 SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. 1994. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 27 et seq.

25 Ibidem.

26 Sobre a legislação e os tratamentos dispensados aos índios aliados e aos considerados inimigos, ver PERRONE, M. B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

27 Mesmo assim, alguns índios que, por inúmeros motivos, haviam aceitado a catequese, foram enviados para aldeamentos em novas áreas e, em alguns casos, até mesmo para fora da Capitania, como foi o caso de Castelo, no Espírito Santo, originariamente aldeamento para índios Puri de Minas Gerais. É evidente que um dos objetivos desse afastamento das tribos de suas áreas de habitação era retirar deles os laços culturais e de identidade com a terra de seus antepassados.

28 Carta Régia do Governador, de 4 de novembro de 1714, sobre a formação de aldeias de índios na Comarca do Rio das Velhas para dispersar negros fugitivos (Arquivo Público Mineiro – Códice: SC 4).

29 Cartas do Conde de Assumar ao Rei de Portugal sobre os quilombolas e os castigos delles. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 251-266, 1898.

30 Ordem Régia enviada ao Conde de Assumar em 12 de janeiro de 1719 (Arquivo Público Mineiro – Códice: SC 3, p. 87).

31 Idem.

32 Carta sobre ataques que se fizeram a vários quilombos, em 12 de julho de 1760 (Arquivo Público Mineiro – Códice: SC 130).

33 Idem.

34 Carta de Manoel de Jesus Maria da Aldeia da Vila do Pomba, datada de 30 de setembro de 1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos), doc. 112 - Códice: 18, 2, 6.

35 Ibidem.

36 Ibidem.

37 Carta de Manoel Roiz da Costa ao Conde de Valadares, em Borda do Campo, outubro 1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos), doc. 66 - Códice: 18, 2, 4.

38 Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz, Manoel Martins do Couto Reys, ao Ilmo. e Exmo. Sr. Francisco José Vieira, em 9 de janeiro de 1822 (Arquivo Nacional - Códice: Cx. 507).

39 Carta de João Seix da Costa ao Conde Valadares, em 28 de agosto de 1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, doc. 25 - Códice: 18, 3, 5).

40 Carta de Paulo Mendes Ferreira ao Governador Conde de Valadares, em novembro de 1769. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, doc. não numerado - Códice: 18, 2, 6).

41 Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Conde de Valadares, datada de 15 de novembro de 1769. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, doc. 19 - Códice: 18, 2, 6).

42 Diretório Pombalino.

43 Guido T. Marliere ao Tenente Coronel Inspetor Director-Geral de Índios - Quartel de Guidoal, 1.º de outubro de 1823. Junta do Governo Provisório (JGP) - 1821/1824 - Sub-Série: Diversos - São Paulo - Caixa 5, JGP 18 (Arquivo Público Mineiro).

44 Carta do Rei para o governador da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, em 30 de janeiro de 1701. (Arquivo Nacional - Códice: 952, v. 12, p. 72).

45 Notícia diária e individual... p. 91-93.

46 SC 156, Livro de Sesmarias - 1767 (Arquivo Público Mineiro).

47 JARDIM, M. *A inconfidência mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p. 202 .

48 De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa, uma sesmaria de três léguas de terra em quadra seria igual a nove léguas quadradas. Uma légua quadrada corresponderia a 43,56Km<sup>2</sup> ou 43.560.000 m<sup>2</sup>. Como as sesmarias eram de 3 léguas de terra quadradas, possuíam, na realidade, 392.040 Km<sup>2</sup> ou 392.040.000m<sup>2</sup>, ou 8.100 alqueires mineiros, ou 39.200 hectares.

49 Testamento de Ignácio Correia de Pamplona (1821). São João del Rei, Cx. 100.

50 Sobre essa expedição, ver o Arquivo do Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos - Códice: 18, 3, 1-7).

51 Essa região pertencia anteriormente ao Bispado de Pernambuco.

E-mail da autora: [marciaamantino@terra.com.br](mailto:marciaamantino@terra.com.br)